



# COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL

Concurso Público para provimento de cargos de  
**Advogado**

Prova Cargo A01, Tipo 1  
000000000000000000  
00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 15 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

**Schwarzenegger governador da Califórnia**

*Schwarzenegger não é um político. Isso deveria torná-lo mais simpático. Em geral, nas democracias, os eleitores consideram os políticos profissionais uma espécie daninha que prolifera no interstício entre os cidadãos e o exercício do poder que deveria ser deles. Curiosamente, os mesmos cidadãos também menosprezam o homem comum que se candidata a um ofício público. Ele é acusado, no mínimo, de inexperiência: seu mérito (de não ser um político profissional) é transformado em fraqueza. Paradoxal, não é?*

*Suspeito que a candidatura do cidadão comum nos incomoda porque denuncia nosso absentéismo. Insistimos na incompetência do homem da rua que se candidata porque queremos justificar nossa preguiça cívica.*

*Mas, no caso de Schwarzenegger, não se trata só disso. Há uma outra condenação: “Logo um ator! E de que filmes!”. Alguns acrescentam: “Outro?”, evocando Ronald Reagan (que também era ator). Essa lembrança confirma o preconceito. Afinal, quem diria: “Um advogado não, já tivemos Clinton”? Ou: “Um administrador de empresas não, já tivemos Bush”?*

*A ambivalência em relação aos atores é coisa antiga. Desde a aurora da modernidade eles são esperados (enfim, alguém vem nos divertir) e receados: nômades e devassos, enchem de sonhos perigosos as cabeças de nossas crianças. Claro, os atores nos enganam: passam a vida fantasiados, encarnando personagens que pouco têm a ver com quem eles são de verdade. Mas será que nosso vizinho faz diferente quando desfila com um carro emprestado como se fosse dele?*

*Somos todos atores: o culto das aparências é a chave que nos liberta do destino que seria reservado pelo nosso passado e por nossa origem. O aprendizado da vida social moderna é uma escola de recitação. Se desprezamos os atores, é porque desprezamos a “mentira” de nossas vidas.*

(Contardo Calligaris, **Terra de ninguém**)

1. *Paradoxal, não é?* – conclui o autor, no primeiro parágrafo. O **paradoxo** em questão está corretamente formulado na seguinte frase:

O fato de Schwarzenegger

- (A) não ser um político profissional credencia-o, segundo os eleitores, a exercer um ofício público.
- (B) ser um político inexperiente torna-o objeto da desconfiança do eleitorado norte-americano.
- (C) ser um cidadão comum escandaliza os eleitores, que preferem um político mais experiente.
- (D) não ser um político desqualifica-o junto aos eleitores, que menosprezam a classe política.
- (E) ser um novato na política credencia-o junto aos eleitores que desprezam os políticos tradicionais.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O sentido da palavra *absenteísmo*, no contexto do segundo parágrafo, torna-se mais específico se associado ao da expressão *preguiça cívica*.
- II. No terceiro parágrafo, o autor considera preconceituosa a reação negativa que os eleitores costumam demonstrar em relação a atores, advogados e administradores de empresas.
- III. A *ambivalência* de que trata o autor no quarto parágrafo retoma, precisamente, o mesmo paradoxo que identificara no primeiro parágrafo.

Em relação ao texto está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

3. O autor acredita que o desprezo que sentimos em relação aos atores se deve ao fato de que

- (A) os atores funcionam, para nós, como espelhos do que gostaríamos de ser, mas que jamais seremos.
- (B) ficamos frustrados, sendo todos atores, ao percebermos que apenas uns poucos são reconhecidos como tais.
- (C) os atores revelam uma capacidade de fingimento que também nós exercitamos, preocupados com as aparências.
- (D) a “mentira” que eles representam no palco barateia os dramas que vivemos em nosso cotidiano.
- (E) a verdade deles está justamente no talento para fingir, enquanto nos obrigamos à máxima sinceridade.

4. Em geral, nas democracias, os eleitores consideram os políticos profissionais uma espécie daninha que prolifera no interstício entre os cidadãos e o exercício do poder que deveria ser deles.

Traduz-se corretamente o sentido da expressão sublinhada na frase acima em:

- (A) uma sorte de gente maligna que se perpetua no meio.
- (B) um tipo de seres nocivos que se propagam no pequeno espaço.
- (C) um tipo de seres contumazes que ocupam o espaço que medeia.
- (D) um gênero de pessoas nefastas que reduzem o intervalo.
- (E) um gênero de pessoas arredias que se multiplicam no vácuo.

5. Quanto à concordância verbal, há um **deslize** na construção da seguinte frase:

- (A) Em muitos de nós reconhece o autor a ação de vivos preconceitos contra a candidatura de atores, profissionais com quem costumamos manter uma dúbia relação de respeito e menosprezo.
- (B) Muitos atores acreditam-se pessoas dotadas de um especial talento, mas muitos de nós também demonstramos, no dia a dia, uma notável capacidade de representação.
- (C) Manifesta-se o autor contra o preconceito, tão disseminado entre nós, de que às pessoas comuns não cabe ocupar um posto público, devendo este reservar-se aos profissionais da política.
- (D) Quando Schwarzenegger se candidatou ao governo da Califórnia, muitas piadas houve; revelou-se nelas, além da hostilidade, o preconceito dos que têm reservas em relação aos atores.
- (E) Reações tão destemperadas a uma candidatura, como as que houve em relação a Schwarzenegger, só se viu quando o nome de Ronald Reagan foi lançado na campanha presidencial.

6. Está corretamente indicada entre parênteses a forma verbal resultante da transposição da seguinte frase para a voz passiva:

- (A) (...) os eleitores consideram os políticos profissionais *uma espécie daninha.* (é **considerada**)
- (B) (...) os mesmos cidadãos também menosprezam o homem comum. (**são menosprezados**)
- (C) a candidatura do cidadão comum nos incomoda. (é **incomodada**)
- (D) *queremos justificar nossa preguiça cívica.* (**seja justificada**)
- (E) a chave que nos liberta do nosso destino. (é **libertado**)

7. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na seguinte frase:

- (A) A simpatia de que não goza um ator junto ao eleitorado é por vezes estendida a um político profissional sobre cuja honestidade há controvérsias.
- (B) O candidato a que devotamos nosso respeito tem uma história aonde os fatos nem sempre revelam uma conduta irrepreensível.
- (C) Reagan teve uma carreira de ator em cuja não houve momentos brilhantes, como também não houve os mesmos na de Schwarzenegger.
- (D) Há uma ambivalência em relação aos atores na qual espelha a divisão entre o respeito e o menosprezo que deles costumamos alimentar.
- (E) Os atores sobre os quais se fez menção no texto construíram uma carreira cinematográfica de cujo sucesso comercial ninguém pode discutir.

8. Se *desprezamos os atores, é porque desprezamos a “mentira” de nossas vidas.*

Mantém-se o sentido lógico da frase acima na seguinte reconstrução:

- (A) O fato de desprezarmos os atores leva-nos a desprezar a “mentira” de nossas vidas.
- (B) Só desprezamos os atores quando nos sentimos desprezados pelo que há de “mentira” em nossas vidas.
- (C) Se desprezássemos os atores, não haveria como não desprezarmos a “mentira” de nossas vidas.
- (D) A razão pela qual desprezamos a “mentira” de nossas vidas é o desprezo que temos pelos atores.
- (E) O desprezo que temos pela “mentira” de nossas vidas é a razão do desprezo que temos pelos atores.

9. Os tempos e os modos verbais apresentam-se adequadamente articulados na frase:

- (A) Fôssemos todos atores, o culto das aparências será a chave que nos libertasse do nosso destino.
- (B) Os atores sempre nos enganarão, a cada vez que encarnarem os personagens de que costumam se fantasiar.
- (C) Enquanto o culto das aparências for a chave do sucesso, estaríamos todos preocupados com o papel que desempenhemos.
- (D) Desde idos tempos os atores gozariam de uma admiração que só não será maior por conta da desconfiança que temos de todo fingimento.
- (E) O autor estaria convencido de que nosso vizinho seja capaz de fingir tão bem quanto um ator, quando tivesse desfilado com um carro que não é seu.

10. Quanto aos políticos profissionais, o cidadão que considera os políticos profissionais uma espécie daninha insiste em eleger os políticos profissionais, em vez de preferir os políticos profissionais em favor de um espírito de renovação.

Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) os considera - lhes eleger - os preferir
- (B) lhes considera - elegê-los - preferir-lhes
- (C) os considera - elegê-los - preteri-los
- (D) considera estes - eleger a estes - lhes preferir
- (E) considera os mesmos - eleger eles - os preferir

11. O período cuja pontuação está inteiramente correta é:

- (A) Não sendo político, um ator não deveria jamais candidatar-se a qualquer cargo segundo julga a maioria dos eleitores que assim, manifestam seu preconceito.
- (B) Nômades, por um lado, devassos por outros: é com tais imputações que se revelam, os preconceitos que, alimentamos em relação aos atores.
- (C) De todas as afirmações feitas no texto a que mais impressionou é a de que somos todos, atores, em virtude do fingimento pelo qual acabamos por regular nosso comportamento no cotidiano.
- (D) Ao se referir ao nosso absenteísmo, está o autor aludindo à nossa inércia, à acomodação política a que nos entregamos, mesmo nos momentos que exigem uma decisiva participação.
- (E) Sendo a democracia, ao mesmo tempo um regime de decisão pessoal, e de representação coletiva, suscita entre os eleitores, uma notável ambivalência na hora de se decidirem.

12. Justifica-se inteiramente o emprego na forma plural de **ambos** os elementos sublinhados na seguinte frase:

- (A) Já que se desprezam os atores, por que não se corrigem as mentiras da vida de cada um?
- (B) A esses eleitores impõem-se admitir os preconceitos de que se nutrem seu julgamento na hora de importantes decisões.
- (C) Nenhum dos votos, nas democracias, deixam de ter conseqüências, já que a todos se darão a mesma acolhida, com o mesmo peso.
- (D) O que nessas frases se sugerem, quanto ao ator e seus filmes, é que, por serem medíocres, a eles não se devem reagir senão com desprezo.
- (E) Teriam havido momentos, na História, em que se viesses a retribuir aos atores apenas com aplausos e homenagens?

13. *A candidatura do cidadão comum nos incomoda porque denuncia nosso absenteísmo.*

Outra forma correta de expressar o mesmo pensamento da frase acima é:

- (A) Denuncia-nos o nosso absenteísmo, tanto quanto nos incomoda, a candidatura do cidadão comum.
- (B) Em virtude de denunciar nosso absenteísmo, é-nos incômoda a candidatura do cidadão comum.
- (C) Nosso absenteísmo só nos incomoda porque quando dele decorre a candidatura do cidadão comum.
- (D) Nosso incômodo, diante da candidatura do cidadão comum, gera e denuncia nosso absenteísmo.
- (E) Torna-se incômodo o nosso absenteísmo, quando denuncia a candidatura do cidadão comum.

14. Quanto à necessidade ou não do uso do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:

- (A) Reportamo-nos à inexperiência de um cidadão comum quando é candidato a um posto público, mas somos propensos à rejeitar a candidatura de um político profissional.
- (B) O culto às aparências é um sintoma da vida moderna, uma vez que à elas nos prendemos todos, em nossa vida comum.
- (C) É a gente que cabe identificar os preconceitos, sobretudo os que afetam àqueles artistas e profissionais que dão graça à nossa vida.
- (D) Assistimos à exibição descarada de preconceitos, que tantos dissabores causam as pessoas, vítimas próximas ou à distância de nós.
- (E) Àqueles que alimentam um preconceito é inútil recomendar desprendimento, pois este se reserva às pessoas generosas.

15. O culto das aparências é a chave que nos dá acesso ao prestígio público.

Caso se substitua, na frase acima, **culto** por **zelo** e **dá acesso** por **franqueia**, as expressões sublinhadas devem ser substituídas, respectivamente, por

- (A) nas aparências - no prestígio.
- (B) às aparências - do prestígio.
- (C) pelas aparências - o prestígio.
- (D) pelas aparências - pelo prestígio.
- (E) nas aparências - para com o prestígio.

16. São dados três grupos de 4 letras cada um:

(MNAB) : (MODC) :: (EFRS) :

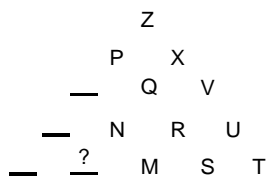
Se a ordem alfabética adotada exclui as letras K, W e Y, então o grupo de quatro letras que deve ser colocado à direita do terceiro grupo e que preserva a relação que o segundo tem com o primeiro é

- (A) (EHUV)
- (B) (EGUT)
- (C) (EGVU)
- (D) (EHUT)
- (E) (EHVU)

17. Um livro tem 354 páginas. O número de vezes que o algarismo 2 aparece na numeração dessas páginas é

- (A) 145
- (B) 157
- (C) 169
- (D) 176
- (E) 192

18. Na figura abaixo tem-se um triângulo composto por algumas letras do alfabeto e por alguns espaços vazios, nos quais algumas letras deixaram de ser colocadas.



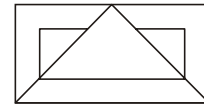
Considerando que a ordem alfabética adotada exclui as letras K, W e Y, então, se as letras foram dispostas obedecendo determinado critério, a letra que deveria estar no lugar do ponto de interrogação é

- (A) H
- (B) L
- (C) J
- (D) U
- (E) Z

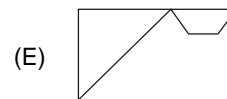
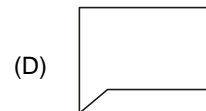
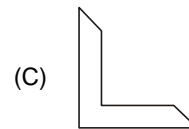
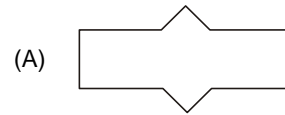
19. Os termos da seqüência (77,74,37,34,17,14,...) são obtidos sucessivamente através de uma lei de formação. A soma do sétimo e oitavo termos dessa seqüência, obtidos segundo essa lei é

- (A) 21
- (B) 19
- (C) 16
- (D) 13
- (E) 11

20. Considere o desenho seguinte:



A alternativa que apresenta uma figura semelhante à outra que pode ser encontrada no interior do desenho dado é



**Instruções:** Para responder às questões de números 21 e 22 considere os dados abaixo.

Em certo teatro há uma fila com seis poltronas que estão uma ao lado da outra e são numeradas de 1 a 6, da esquerda para a direita. Cinco pessoas – Alan, Brito, Camila, Décio e Efraim – devem ocupar cinco dessas poltronas, de modo que:

- Camila não ocupe as poltronas assinaladas com números ímpares;
- Efraim seja a terceira pessoa sentada, contando-se da esquerda para a direita;
- Alan acomode-se na poltrona imediatamente à esquerda de Brito.

21. Para que essas condições sejam satisfeitas, a poltrona que NUNCA poderá ficar desocupada é a de número

- (A) 2
- (B) 3
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 6

22. De quantos modos distintos as cinco pessoas podem ser acomodadas?

- (A) 6
- (B) 8
- (C) 10
- (D) 13
- (E) 14

23. Considere a seqüência de igualdades seguintes:

$$1^3 = 1^2 - 0^2$$

$$2^3 = 3^2 - 1^2$$

$$3^3 = 6^2 - 3^2$$

$$4^3 = 10^2 - 6^2$$

⋮

É correto afirmar que a soma

$$1^3 + 2^3 + 3^3 + 4^3 + 5^3 + 6^3 + 7^3 + 8^3 \text{ é igual a}$$

- (A)  $48^2$
- (B)  $46^2$
- (C)  $42^2$
- (D)  $38^2$
- (E)  $36^2$

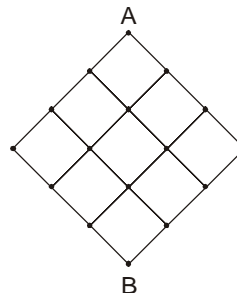
24. Considere o seguinte criptograma aritmético, ou seja, um esquema operatório codificado, em que cada letra corresponde a um único algarismo do sistema decimal de numeração.

$$(PA)^2 = SPA$$

Determinados os números que satisfazem a sentença dada, com certeza pode-se afirmar que SPA é um número compreendido entre

- (A) 100 e 250
- (B) 250 e 500
- (C) 500 e 600
- (D) 600 e 850
- (E) 850 e 999

25. Uma formiga está sobre um vértice (ponto A) de uma rede quadriculada feita com fios de arame, conforme representa a figura abaixo.



Caminhando pelo fio no sentido descendente e passando uma única vez sobre um mesmo entroncamento, ela pretende chegar ao vértice oposto (ponto B). O número de caminhos distintos pelos quais ela poderá optar é

- (A) 10
- (B) 12
- (C) 15
- (D) 18
- (E) 20

<p>26. Um computador</p> <p>(A) moderno teve como precursor a máquina analítica, idealizada no século XIX por Charles Babbage.</p> <p>(B) pode ter qualquer operação efetuada por <i>Software</i>, mas não por <i>Hardware</i>, em vista da limitação física natural deste último.</p> <p>(C) necessita de dezenas de <i>gigabytes</i> apenas para a instalação do sistema operacional Unix ou Windows, em vista de sua alta complexidade e evolução.</p> <p>(D) com sistema operacional Microsoft Windows é o único a apresentar e disponibilizar um sistema de janelas gráficas interativas para os usuários, motivo que justifica sua grande popularidade.</p> <p>(E) com barramento ISA é dotado de maior velocidade de acesso a periféricos do que um outro, de mesma configuração, mas desenvolvido com barramento PCI.</p>	<p>28. No que se refere aos produtos do pacote MS-OFFICE 97, considere:</p> <p>I. No MS-Word 97, ao salvar um documento através da opção "<b>Salvar como ...</b>", pode-se escolher extensões do tipo <b>".doc"</b>, <b>".rtf"</b>, <b>".htm"</b>, <b>".dot"</b> e <b>outros</b>, o que permitirá que outras versões do Word e até mesmo outros processadores de textos possam utilizá-lo.</p> <p>II. Por tratar-se de um aplicativo de planilha eletrônica, no qual o essencial é o tratamento da relação entre suas linhas e colunas, o MS-Excel 97, ao contrário do MS-Word, não conta com o recurso de verificação de ortografia, em seu menu "<b>Ferramentas</b>".</p> <p>III. No Power Point 97, apesar dos <i>slides</i> utilizarem o esquema de cores do <i>slide</i> mestre, <i>slides</i> individuais podem ter seus próprios esquemas de cores, pois nem todos os <i>slides</i> precisam seguir o <i>slide</i> mestre.</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I.          (B) II.          (C) III.          (D) I e III.          (E) II e III.</p>
<p>27. Com relação aos sistemas operacionais Windows 98 e 2000, considere:</p> <p>I. quando uma pasta compartilhada apresenta a figura de uma mão abaixo do seu ícone padrão, significa que aquela pasta está travada para uso somente pelo seu proprietário;</p> <p>II. ao utilizarmos o <i>mouse</i> para arrastar um arquivo de uma pasta para outra, dentro do mesmo <i>drive</i> de disco, executamos as funções <i>copiar</i> e <i>colar</i>, sucessivamente;</p> <p>III. para apagar um arquivo, sem que ele seja encaminhado para a lixeira do Windows, deve-se selecioná-lo e, em seguida, pressionar as teclas "SHIFT" + "DEL".</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I.          (B) II.          (C) III.          (D) I e II.          (E) II e III.</p>	<p>29. Um ambiente de correio eletrônico</p> <p>(A) permite que determinado usuário compartilhe a mesma mensagem de correio eletrônico em distintas máquinas através do protocolo POP.</p> <p>(B) tradicional não oferece grande segurança, visto que o conteúdo de mensagens pode ser obtido através da captura de pacotes no meio físico.</p> <p>(C) permite que determinado módulo servidor comunique-se com outro módulo servidor de correio da rede através do protocolo POP.</p> <p>(D) associado a um servidor Web não permite que uma mensagem possa ser visualizada através de um navegador.</p> <p>(E) funciona apenas em redes Internet, não sendo possível sua utilização em redes Intranet.</p> <p>30. Um <i>firewall</i> tradicional</p> <p>(A) permite realizar filtragem de serviços e impor políticas de segurança.</p> <p>(B) bem configurado em uma rede corporativa realiza a proteção contra vírus, tornando-se desnecessária a aquisição de ferramentas antivírus.</p> <p>(C) protege a rede contra <i>bugs</i> e falhas nos equipamentos decorrentes da não atualização dos sistemas operacionais.</p> <p>(D) evita colisões na rede interna e externa da empresa, melhorando, com isto, o desempenho do ambiente organizacional.</p> <p>(E) deve ser configurado com base em regras permissivas (todos podem fazer tudo o que não for proibido), restringindo-se acessos apenas quando necessário, como melhor política de segurança.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO**

31. Os princípios constitucionais que regem a Administração Pública podem ser expressos ou implícitos, são multifuncionais, sendo certo que, dentre outras características,

- I. norteiam a elaboração legislativa e a aplicação das normas jurídicas (função orientadora);
- II. não permitem uma compreensão global e unitária do texto constitucional, ou ainda, a harmonia na aplicação do direito (função supletiva);
- III. esclarecem o sentido, a dimensão e o conteúdo nas normas jurídicas (função interpretativa);
- IV. têm funções normogênica e discricionária, mas desprovidas de funções sistêmica e vinculante.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

32. Dentre outros casos, é inexigível a licitação

- (A) para a contratação de serviços técnicos profissionais, de natureza singular, especializados em trabalhos relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.
- (B) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração.
- (C) nos casos de grave perturbação da ordem ou quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional.
- (D) na contratação do fornecimento ou suprimento de energia elétrica, com concessionário, permissionário ou autorizatário.
- (E) na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos, por órgãos da Administração Pública.

33. A regra da responsabilidade objetiva do Estado exige, dentre outros requisitos, que

- (A) as entidades da administração indireta, executoras de atividade econômica de natureza privada, prestem, ou não, serviços públicos.
- (B) o causador do dano deverá ser unicamente pessoa jurídica de direito público, porque prestadora de serviços públicos próprios.
- (C) esteja ou não presente um dano causado a terceiros pelo serviço público, por força do risco integral.
- (D) basta, ao causar o dano, a qualidade do funcionário público ao causador do dano.
- (E) se trate de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos.

34. São desapropriações sancionatórias, dentre outras, as que ocorrem por

- (A) descumprimento da função social da propriedade imóvel e por necessidade pública.
- (B) existência de glebas em que sejam cultivadas plantas psicotrópicas e por interesse social.
- (C) descumprimento da função social da propriedade urbana e por descumprimento da função social da propriedade rural.
- (D) reforma agrária e por existência de glebas em que sejam cultivadas plantas psicotrópicas.
- (E) reforma agrária, descumprimento da função social e por cultivo de plantas psicotrópicas.

35. Considere:

- I. O decreto assinado pelo Governador do Estado e referendado pelo Secretário de Estado.
- II. A nomeação do Procurador-Geral da República, com a prévia aprovação do Senado Federal.
- III. A informação lançada em determinado processo administrativo.

Esses atos administrativos são classificados, respectivamente, como

- (A) complexo, declaratório e constitutivo.
- (B) composto, complexo e enunciativo.
- (C) enunciativo, complexo e composto.
- (D) complexo, composto e enunciativo.
- (E) composto, pendente e constitutivo.

**DIREITO CIVIL**

36. Com relação à invalidade de negócio jurídico, é correto afirmar:

- (A) O juiz poderá suprir as nulidades, a requerimento das partes, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos.
- (B) É anulável o negócio jurídico quando celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- (C) O negócio jurídico nulo, em qualquer hipótese, é suscetível de confirmação, e convalida pelo decurso do tempo.
- (D) É nulo o negócio jurídico por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- (E) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.



37. Considere as proposições:

- I. O despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual, interromperá a prescrição.
- II. Prescreve em três anos a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.
- III. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, aproveitará os outros nas obrigações divisíveis e indivisíveis.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

38. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, o credor

- (A) deverá exigir a satisfação da pena cominada e só posteriormente o desempenho da obrigação principal.
- (B) deverá exigir ou a satisfação da pena cominada ou o desempenho da obrigação principal.
- (C) terá o arbítrio de exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal.
- (D) deverá exigir o desempenho da obrigação principal e só posteriormente a satisfação da pena cominada.
- (E) só poderá exigir o desempenho da obrigação principal, incorporando-se à mesma a pena cominada.

39. Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor,

- (A) no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.
- (B) no primeiro caso, o que houver cobrado e, no segundo, o dobro do que dele exigir, salvo se houver prescrição.
- (C) em qualquer hipótese, o que houver cobrado acrescido de 10% de multa, salvo se houver prescrição.
- (D) em qualquer hipótese, o que houver cobrado acrescido de 15% de multa, salvo se houver prescrição.
- (E) o que houver cobrado acrescido de 10% de multa no primeiro caso e 15% de multa no segundo caso, salvo se houver prescrição.

### DIREITO DO TRABALHO

40. Os empregados em regime de tempo parcial

- (A) trabalham 4 horas por dia, podendo realizar 1 hora extra diária além desse limite.
- (B) devem trabalhar, no mínimo, 25 horas por semana, podendo fazer horas extras.
- (C) recebem como horas extras o que exceder a 20 horas por semana.
- (D) devem trabalhar, no máximo, 25 horas por semana, não podendo fazer horas extras.
- (E) trabalham 6 horas por dia, podendo realizar horas extras até o limite de 2 horas diárias.

41. O pagamento das férias corresponde

- (A) à média salarial dos últimos 12 meses trabalhados.
- (B) à maior remuneração percebida pelo empregado nos últimos 12 meses.
- (C) à remuneração que for devida ao empregado na data de sua concessão.
- (D) ao último salário dobrado.
- (E) à remuneração percebida pelo empregado no último mês do período aquisitivo.

42. A lei admite os contratos de trabalho por prazo determinado em hipóteses específicas e com duração máxima de

- (A) 90 dias.
- (B) 180 dias.
- (C) 18 meses.
- (D) 1 ano.
- (E) 2 anos.

43. Considerando o poder de comando do empregador, este pode

- (A) exigir de seus empregados que se utilizem do transporte oferecido pela empresa.
- (B) alterar, a seu exclusivo critério, as condições de trabalho.
- (C) alterar condições de trabalho, exceto no que tange aos salários.
- (D) determinar a reversão do empregado que ocupa cargo de confiança ao cargo efetivo.
- (E) escolher a data em que efetuará o pagamento dos salários.

### DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

44. O *jus postulandi* do trabalhador NÃO é compatível com a interposição de

- (A) embargos de declaração.
- (B) recurso extraordinário.
- (C) recurso ordinário.
- (D) recurso de revista.
- (E) agravo de instrumento.

45. Empregado ajuíza reclamação trabalhista postulando, entre outras verbas, o pagamento de horas extras que alega ter trabalhado. Com a contestação, a reclamada junta recibos de pagamento e cartões de ponto. Nesta hipótese, o ônus da prova incumbe
- (A) ao reclamante, tendo em vista tratar-se de fato constitutivo de seu direito.
  - (B) ao reclamante, tendo em vista tratar-se de fato não contestado.
  - (C) à reclamada, tendo em vista tratar-se de fato impeditivo do direito do reclamante.
  - (D) à reclamada, tendo em vista tratar-se de fato notório.
  - (E) a quem o juiz da causa determinar.

46. No processo do trabalho, os exames periciais serão realizados por
- (A) perito indicado pela parte que requereu a perícia.
  - (B) peritos indicados pelas partes.
  - (C) perito indicado pelo juiz com a concordância das partes.
  - (D) perito único designado pelo juiz.
  - (E) peritos do juízo e das partes, simultaneamente.

47. Várias reclamações poderão ser acumuladas num só processo, desde que se trate de empregados de
- (A) uma mesma empresa ou estabelecimento, havendo identidade de matérias.
  - (B) um grupo econômico, havendo conexão entre as matérias.
  - (C) um grupo econômico, havendo litispendência.
  - (D) uma mesma categoria profissional, havendo litispendência.
  - (E) uma mesma categoria profissional, havendo identidade de matéria.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

48. No Direito Processual Civil Brasileiro, levando-se em conta a modificação da competência, é correto afirmar que
- (A) a competência em razão da matéria e da hierarquia é derogável por convenção das partes.
  - (B) se considera prevento, correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, aquele que despachou em primeiro lugar.
  - (C) a competência em razão do valor e do território é inderrogável por convenção das partes.
  - (D) o juiz, havendo conexão, não poderá, de ofício, ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente.
  - (E) o juiz da causa principal é também competente para a reconvenção, mas não é competente para a ação declaratória incidente.

49. Considere as proposições abaixo:
- I. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.
  - II. O juiz não poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes.
  - III. Há litisconsórcio facultativo, quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes.
  - IV. No litisconsórcio necessário, a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

50. Com relação ao pedido formulado pelo autor na petição inicial, é correto afirmar:
- (A) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, elas só serão consideradas incluídas no pedido se houver declaração expressa do autor.
  - (B) É defeso formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior.
  - (C) É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, somente se entre eles houver conexão.
  - (D) O autor poderá aditar o pedido independentemente da concordância do réu, em qualquer fase do processo.
  - (E) É lícito formular pedido genérico quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.

**DIREITO DE ENERGIA ELÉTRICA**

51. Sem prejuízo de outras funções estabelecidas em lei específica, bem como daquelas que forem atribuídas pelo Poder Concedente, constitui atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS:
- (A) a supervisão e controle da operação dos sistemas eletroenergéticos nacionais interligados e das interligações internacionais.
  - (B) homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma das normas pertinentes e do contrato.
  - (C) intervir na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica, nos casos e condições previstos em lei.
  - (D) estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio-ambiente e conservação.
  - (E) declarar de necessidade ou utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, os bens necessários à execução dos serviços.

52. O Diretor-Geral e os demais Diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL serão nomeados
- (A) pelo Vice-Presidente da República, para exercerem função de confiança de livre designação, mediante indicação do Ministro de Minas e Energia.
  - (B) pelo Ministro de Minas e Energia, para exercerem cargo de natureza em comissão, mediante aprovação prévia da Câmara dos Deputados.
  - (C) pela Assembléia Geral Extraordinária realizada no âmbito dessa entidade de direito privado, para exercerem mandatos não coincidentes de dois anos.
  - (D) pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República, para cumprirem mandatos coincidentes ou não de três anos, mediante prévia aprovação do Congresso Nacional.
  - (E) pelo Presidente da República, para cumprirem mandatos não coincidentes de quatro anos, mediante prévia aprovação do Senado Federal.

53. No que diz respeito aos órgãos que compõem o Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos – CCPE, ao Comitê Diretor compete, dentre outras funções e atribuições:

- I. Estabelecer as diretrizes para a elaboração dos planos de expansão do setor elétrico, coordenar as atividades técnicas a serem desenvolvidas pelo CCPE e submeter ao Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.
- II. Supervisionar e apoiar técnica e administrativa-mente os órgãos que compõem o CCPE, acompanhando a execução dos Programas de Trabalho dos Subcomitês Técnicos.
- III. Apreciar os planos de expansão do setor elétrico e outros documentos preparados pelo CCPE e encaminhá-los à Câmara de Gestão do Setor Energético – CGSE para aprovação.
- IV. Acompanhar o cronograma de preparação dos planos de expansão do setor em matéria de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, preparando as Resoluções a serem editadas pelo Poder Concedente.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

54. Em matéria de outorga para a produção de energia elétrica, considere:

- I. A implantação de usinas termelétricas, de potência superior a 5.000 kW, destinada a uso exclusivo do autoprodutor;
- II. O aproveitamento de potenciais hidráulicos, de potência superior a 1.000 kW, destinados à produção independente de energia elétrica;
- III. O aproveitamento de potenciais hidráulicos, iguais ou inferiores a 1.000 kW.

As hipóteses supracitadas devem observar, respectivamente, os seguintes atos:

- (A) dispensa de licitação para fins de concessão ou permissão; autorização; e permissão mediante licitação.
- (B) permissão por dispensa de licitação; autorização; e concessão mediante prévia licitação na modalidade leilão.
- (C) autorização; concessão; e dispensa de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser comunicado ao poder concedente.
- (D) concessão mediante licitação na modalidade leilão; dispensa de concessão, permissão ou autorização, desde que previamente comunicado o poder concedente; e autorização.
- (E) permissão mediante licitação na modalidade concorrência; permissão por dispensa de licitação; e autorização.

55. Na desestatização dos serviços públicos, o órgão da Administração direta ou indireta, que deverá ser o responsável pela execução e acompanhamento do correspondente processo de desestatização, será recomendado pelo Conselho Nacional de Desestatização, para aprovação do

- (A) Ministro de Minas e Energia, cabendo ao órgão que recebeu tal designação a atribuição pela modalidade operacional a ser aplicada à desestatização, sem a esta se limitar.
- (B) Congresso Nacional, sendo esse órgão responsável, além de outras atribuições, pela preparação da documentação dos processos de desestatização, para apreciação do Ministro de Minas e Energia.
- (C) Senado Federal, mediante recomendações dos Ministros Chefe da Casa Civil e da Fazenda, restando ao órgão designado a responsabilidade de submeter ao Presidente do Conselho de Desestatização o correspondente cronograma.
- (D) Presidente da República, ficando esse órgão, no que couber e dentre outras, com as atribuições de promover a articulação com o sistema de distribuição de valores mobiliários e as Bolsas de Valores.
- (E) Ministro da Fazenda, sendo que o órgão designado será responsável pela contratação de pareceres ou estudos especializados necessários à desestatização.

56. A empresa ABCD Ltda., concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, em face de autorização do poder concedente, desenvolveu estudos e projetos básico e executivo destinados à implantação de uma subestação. No entanto, após a realização desses estudos e dos projetos básico e executivo, o poder concedente revogou aquele ato autorizativo. A seguir, o poder concedente deu início à elaboração do edital da licitação, tendo como objeto a implantação da mesma subestação.

Como os estudos e projetos desenvolvidos pela empresa ABCD Ltda. são de utilidade para a licitação, os quais estarão à disposição dos interessados no correspondente certame, os dispêndios suportados por essa concessionária

- (A) ficarão a cargo do poder concedente, para serem ressarcidos no prazo de até cinco anos, independentemente da vigência da concessão.
- (B) serão incluídos nos custos da concessão de titularidade da citada empresa, para serem amortizados no decorrer do prazo da concessão.
- (C) deverão ser ressarcidos pelo vencedor da licitação, cujos valores serão especificados no edital.
- (D) deverão ser ressarcidos integralmente pela empresa vencedora da licitação, cujo valor e prazo serão livremente estabelecidos entre essas empresas, com a mediação do poder concedente.
- (E) serão ressarcidos diretamente pelos cofres públicos da União, por ser a titular dos serviços públicos de energia elétrica.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

57. No que se refere à obrigação tributária, é correto afirmar que

- (A) a competência tributária do sujeito ativo da obrigação tributária é indelegável, sendo delegável apenas a capacidade tributária.
- (B) o sujeito ativo da obrigação tributária é o contribuinte ou responsável, visto que estão obrigados ao efetivo pagamento do tributo.
- (C) o sujeito passivo da obrigação tributária principal é sempre o responsável que tem a relação direta com o fato gerador do tributo.
- (D) o sujeito passivo pode delegar sua capacidade tributária ao sujeito ativo, nas obrigações tributárias acessórias.
- (E) é sempre possível que alguém seja contribuinte e responsável ao mesmo tempo, tanto nas obrigações principais, como nas acessórias.

58. O princípio constitucional da capacidade contributiva aplica-se

- (A) somente aos empréstimos compulsórios.
- (B) a todos os tributos.
- (C) aos impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- (D) apenas aos impostos.
- (E) exclusivamente às contribuições parafiscais.

59. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se da situação jurídica, desde o momento em que

- (A) esteja constituída, ainda que provisoriamente, nos termos de direito, sendo que, para tais efeitos, os negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados, e suspensiva a condição, após o momento da celebração do negócio.
- (B) esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável, sendo que para tais efeitos, de regra, os negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados, quando suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento.
- (C) se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios, e os negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados quando não mais houver oposição do sujeito ativo.
- (D) se verifique o seu implemento ou a prática do ato, e em certos casos a celebração do negócio, seja suspensiva ou resolutória a condição, porém, devendo partir-se sempre do momento em que a situação esteja constituída.
- (E) for constituído, nos termos da lei tributária aplicável, visto que quaisquer negócios jurídicos reputam-se perfeitos e acabados, não sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou do momento do seu implemento.

60. Considere:

- I. A dívida ativa tributária regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez, tendo portanto presunção *iuris et iure*.
- II. Uma das características da dívida ativa é sua constituição bilateral, porque sempre nasce da vontade dos sujeitos ou partes.
- III. A falta de um dos requisitos do termo de inscrição da dívida ativa é causa de nulidade do processo de inscrição, mas a Fazenda Pública pode saná-las antes da decisão de primeira instância.
- IV. A incidência dos juros de mora não exclui a liquidez do título para a propositura do executivo fiscal.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.